



CBF tem campanha contra racismo nesta rodada do Campeonato Brasileiro

PÁGINA 02



Gazeta

Domingo

Goiânia, 28 de maio de 2023

Ano 18 - Edição 5360

R\$1 do Estado

gazetadoestado.com.br

gazetadoestado

62 3249-8883

JUSTIÇA

STF adia julgamento sobre descriminalização do porte de drogas

PÁGINA 02

SAÚDE

Juiz condena defensores de kit covid a pagar R\$ 55 mi em indenização

Juiz Gabriel Menna Barreto von Gehlen citou ineficácia dos medicamentos no tratamento contra a doença

Divulgação/internet



PÁGINA 03

BRASIL

Governo suspende oito lotes de vacina animal contra Leishmaniose

Rovena RosaABr



PÁGINA 03

SERVIÇO PÚBLICO

Oferta de 10 mil vagas traz expectativa para os concurseiros

PÁGINA 04

TEMPO HOJE

Brasília



Máxima 26°C Mínima 15°C Tendência Estável

Goiânia



Máxima 30°C Mínima 17°C Tendência Estável

Palmas



Máxima 34°C Mínima 24°C Tendência Estável

FUTEBOL

CBF tem campanha contra racismo nesta rodada do Campeonato Brasileiro

Ação foi idealizada após ofensas a Vini Jr. e a goleiro do Ypiranga-RS

Reprodução Twitter/FIFA World Cup



DA REDAÇÃO - A Confederação Brasileira de Futebol (CBF) anunciou que a oitava rodada da Série A do Campeonato Brasileiro terá uma campanha de combate ao racismo. A manifestação envolverá os jogadores dos 20 clubes da competição, além dos árbitros escalados para as dez partidas do último sábado e de amanhã domingo.

A ação é realizada após as ofensas racistas feitas ao brasileiro Vinícius Júnior, atacante do Real Madrid, no jogo contra o Valencia, no domingo passado (23), pelo Campeonato Espanhol. Um dia antes, o goleiro Caíque, do Ypiranga (RS), denunciou um torcedor do Altos (PI) que o chamava de "uva preta", em duelo da Série C do Brasileiro.

Segundo a CBF, os jogadores vestirão camisas com a frase "Com o racismo não tem jogo", que também estará estampada nas faixas dos capitães, nas moedas dos árbitros,

nas bolas, nos estádios e nas placas de publicidade. Quando o início das partidas for autorizado, os atletas sentarão no gramado por 30 segundos, em apoio à campanha.

"Contamos com o apoio de cada torcedor. Racismo é um crime brutal e deve ser banido dos estádios. Basta de preconceito", disse o presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues, primeiro negro a comandar a entidade, ao site da confederação.

Manifestações preconceituosas, como racistas ou homofóbicas, passaram a ser puníveis esportivamente no futebol brasileiro, conforme o Regulamento Geral de Competições da CBF para este ano. A equipe pode ser advertida, ter de pagar uma multa limitada a R\$ 500 mil, ser impedida de registrar atletas e até perder pontos.

SUL-AMERICANA

O caso mais recente de racismo envolvendo

atletas brasileiros ocorreu na quarta-feira (24), na partida entre Santos e Audax Italiano, no Estádio El Teniente, em Rancagua, no Chile. Durante o jogo, válido pela quarta rodada da Copa Sul-Americana, o zagueiro Joaquim e o atacante Ângelo foram alvo de torcedores locais, com ofensas raciais e gestos imitando macacos.

Em nota, o Santos informa que fez denúncia à Confederação Sul-Americana de Futebol (Conmebol), que ainda não se manifestou. Em março do ano passado, a Conmebol aumentou o peso das punições em casos de preconceito, após vários atos racistas contra brasileiros em partidas válidas pelos torneios continentais, durante o primeiro semestre. A multa mínima passou de R\$ 150 mil para R\$ 500 mil. O clube enquadrado ainda pode ter de atuar com as arquibancadas fechadas.

COM INFORMAÇÕES DE LINCOLN CHAVES/ABR

JUSTIÇA

STF adia julgamento sobre descriminalização do porte de drogas

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



O Supremo Tribunal Federal (STF) adiou mais uma vez o julgamento que trata da possível descriminalização do porte de drogas para consumo pessoal. O recurso sobre o assunto foi agendado para esta semana, mas foi retirado da pauta do plenário.

O processo sobre o tema estava na pauta de julgamentos de quarta-feira (24), mas não foi chamado, já que os ministros utilizaram toda a sessão para analisar uma ação penal contra o ex-presidente Fernando Collor. Havia expectativa de que a descriminalização pudesse ser chamada nesta quinta-feira, mas ainda pela manhã o recurso foi retirado de pauta.

Questionada, a assessoria do Supremo disse apenas que a presidente da Corte, ministra Rosa Weber, a quem cabe administrar a pauta, analisa nova data para remarcar o julgamento do caso, que foi iniciado há oito anos, quando foi interrompido por um pedido de vista, e desde então não voltou a ser discutido em plenário.

VOTOS

Até o momento, três ministros - Luís Roberto Barroso, Edson Fachin e Gilmar Mendes - votaram, todos a favor de algum tipo de descriminalização da posse de drogas. O recurso sobre o assunto possui repercussão geral reconhecida, devendo servir de parâmetro para todo o Judiciário brasileiro.

Mendes foi o único a votar pela descriminalização do porte de qualquer droga, sem especificar quantidade, em razão do direito à intimidade e à inviolabilidade da vida pessoal do usuário. Fachin, por sua vez, sugeriu que seja descriminalizado apenas o porte de maconha. Barroso também votou nesse sentido, e sugeriu que o Supremo determine que não é crime andar com até 25 gramas de maconha ou cultivar até seis plantas para consumo pessoal.

A análise do caso foi interrompida, ainda em 2015, por uma vista (mais tempo de análise) pedida pelo ministro Teori Zavascki, que morreu em 2017. Ele foi substituído por Alexandre de Moraes, que liberou o recurso para ser pautado ainda em 2018. Desde então, o caso ficou parado na Corte, atravessando diversas presidências do Supremo.

O caso trata da posse e do porte de drogas para consumo pessoal, infração penal de baixa gravidade que consta no artigo 28 da Lei das Drogas (Lei 11.343/2006). As penas previstas são brandas: advertência sobre os efeitos das drogas, serviços comunitários e medida educativa de comparecimento a programa ou curso sobre uso de drogas.

ARGUMENTOS

Apesar disso, os críticos alegam que o dispositivo dá excessivo poder discricionário aos juízes para enquadrar quem for flagrado com drogas como usuário ou traficante, uma vez que a lei não prevê quantidade específica para definir o uso pessoal.

Entidades de defesa dos direitos das pessoas negras, por exemplo, argumentam que isso leva à discriminação e escancara o racismo nas decisões judiciais, uma vez que a grande maioria dos presos por tráfico são negros, ainda que boa parte tenha sido flagrada com quantidades menores de droga do que réus brancos enquadrados como usuários.

Mesmo quem é enquadrado como usuário precisa enfrentar processo penal e perde benefícios como o de ser réu primário, o que favorece quem tem mais condições para pagar por melhores advogados, argumentam os defensores da descriminalização.

Quem é contra a descriminalização argumenta que, ao consumir drogas ilegais, o usuário ameaça a saúde pública e alimenta o

tráfico, motivo pelo qual não se poderia falar em inconstitucionalidade da lei. Outro argumento é o de que o uso pessoal já foi despenalizado, não havendo sanções mais graves, o que esvaziaria a necessidade de se descriminalizar o uso.

Outro ponto discutido pelos ministros é se cabe ao Supremo atuar sobre o tema ou se é responsabilidade apenas do Legislativo deliberar sobre a criminalização ou não do porte de drogas e do consumo pessoal.

CASO CONCRETO

No caso concreto, o Supremo analisa um recurso contra uma decisão da Justiça do Estado de São Paulo, que manteve a condenação de um homem pelo porte de três gramas de maconha para uso pessoal.

Para o defensor público Leandro de Castro Gomes, que atua no caso, a quantidade ínfima de droga não representa risco à saúde pública, mas apenas à saúde pessoal do usuário. Por esse motivo, não haveria dano capaz de configurar crime, argumenta o defensor.

Para o estado de São Paulo e o Ministério Público paulista, a lei que tipifica o crime de porte de drogas para consumo pessoal não possui nenhuma irregularidade e o dano à saúde pública causado pelo usuário é de natureza abstrata, motivo pelo qual não poderia ser quantificado. Outro argumento é que o uso de drogas alimenta o tráfico, que o Estado tem o dever de combater.

"A Constituição Federal dispõe que o Estado tem o dever de reprimir o tráfico e a lei assegura ao usuário ou dependente tratamento juridicamente diferenciado do traficante", argumentou Marcio Elias Rosa na tribuna do Supremo, então procurador-geral de São Paulo quando foi iniciado o julgamento, em 2015.

COM INFORMAÇÕES DE FELIPE PONTES

SAÚDE

Juiz condena defensores de kit covid a pagar R\$ 55 mi em indenização

Divulgação/internet



Juiz Gabriel Menna Barreto von Gehlen citou ineficácia dos medicamentos no tratamento contra a doença

FELIPE PONTES/ABR - O juiz Gabriel Menna Barreto von Gehlen, da 5ª Vara Federal Cível do Rio Grande do Sul (JFRS), condenou uma associação de médicos e duas empresas do ramo da saúde a pagarem um total de R\$ 55 milhões em indenização por terem publicado em jornais um texto em defesa do kit covid, conjunto de medicamentos que supostamente serviriam como tratamento precoce para covid-19.

Os condenados foram o Grupo José Alves (GJA Participações), a Vitamedic Farmacêutica, fabricante de medicamentos do kit covid, e a Associação Dignidade Médica de Pernambuco, que assina um texto chamado Manifesto pela Vida, publicado em jornais de grande circulação em fevereiro de 2021, durante a pandemia de covid-19.

No texto, a associação defende a prescrição de um coquetel de remédios - entre eles, a ivermectina, cloroquina, hidroxicloroquina - como meio de prevenir a contaminação por covid-19, numa espécie de tratamento precoce, que evitaria o desenvolvimento da doença.

Durante a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, contudo, o diretor da Vitamedic assumiu em depoimento que foi a empresa, e não a associação, que custeou a publicação do manifesto em jornais de grande circulação, no valor de R\$ 717 mil.

O relatório final da CPI também constatou que

o faturamento da farmacêutica, fabricante de ivermectina, passou de aproximadamente R\$ 16 milhões em 2019 para mais de R\$ 474 milhões em 2020 e R\$ 265 milhões de janeiro a maio de 2021.

TEOR DA DECISÃO

Para além da ineficácia de tais medicamentos no tratamento contra covid-19, depois comprovada por estudos científicos, e da ameaça à saúde pública de quem defendeu o kit covid, o juiz concluiu que houve no caso propaganda velada e irregular de medicamentos, em violação às regras da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Citando o relatório final da CPI da Pandemia, o magistrado escreveu que “a publicidade promovida pela associação ré - em conluio com fabricante de ivermectina - incidiu em grave ilicitude sanitária”. Em outro trecho, o juiz afirmou que, “configurada a interposição de pessoas ilícita, fica evidenciado que o ‘manifesto pela vida’ foi mecanismo ilícito de propaganda de laboratório fabricante de medicamento, servindo a ré do triste papel de laranja para fins escusos e violadores de valor fundamental, a proteção da saúde pública”.

Ele justificou o valor da indenização por danos morais coletivos afirmando que “o bem tutelado é o mais fundamental da Constituição, porque [é] pressuposto para o gozo de todos os demais: a vida e a saúde”. O magistrado acrescentou que “a só e pura publicidade ilícita de medicamentos, pelos riscos do seu uso irracional, já representa abalo na saúde pública e sua essencialidade impõe a

devida reparação”.

À época dos fatos, a Anvisa insistiu que o Manifesto pela Vida não feria as regras da agência que disciplinam a propaganda de medicamentos. Por esse motivo, o Ministério Público Federal no Rio Grande do Sul (MPF-RS) pedia também que a agência fosse condenada a publicar um alerta à população sobre os riscos do kit covid. O juiz, contudo, negou o pedido, considerando que a situação sanitária mudou e que tal retratação resultaria apenas em nova propaganda dos medicamentos.

Ao final, ele multou a Vitamedic e o Grupo José Alves, dono da farmacêutica, em R\$ 45 milhões, e a Associação Dignidade Médica de Pernambuco em R\$ 10 milhões. Cabe recurso à segunda instância da Justiça Federal.

OUTRO LADO

Em sua defesa, a Vitamedic alegou que o patrocínio para a publicação do manifesto não se tratou de propaganda irregular de medicamento, uma vez que a própria Anvisa havia concluído isso. Somente a agência teria competência para analisar a regularidade ou não do texto, defendeu a empresa.

A associação, por sua vez, sustentou no processo que “defende o ‘tratamento precoce’ por ser absoluta convicção, dos profissionais que a compõe, que o referido tratamento minimiza a replicação viral e melhora a imunomodulação, trazendo benefícios concretos à saúde e recuperação dos pacientes. Não há nenhum interesse comercial, econômico ou político, nem tem em seus quadros nenhum expert financiado pela indústria farmacêutica.”

BRASIL

Governo suspende oito lotes de vacina animal contra Leishmaniose

Rovena RosaABR



O Ministério da Agricultura e Pecuária anunciou a suspensão da fabricação e venda da vacina Leish-Tec, contra a doença Leishmaniose. A justificativa é evitar riscos à saúde animal e humana. A decisão vale para 8 lotes da vacina e foi tomada depois de uma fiscalização que identificou a possibilidade de riscos à saúde.

As fiscalizações ocorrem em fábricas de produtos veterinários, de forma rotineira. O obje-

tivo é verificar as práticas de fabricação, controle de qualidade e os relatos de eventos adversos enviados para os fabricantes.

De acordo com a pasta, a empresa fabricante já iniciou o recolhimento dos lotes em questão, que são: 29, 37 43, 44 e 60, de 2022; e os lotes 004, 006 e 17 de 2023. Esses produtos apresentam teor de proteína chamada A2, abaixo do mínimo exigido.

A chamada leishmaniose visceral é uma do-

ença animal e causa grave problema para toda a saúde pública. Essa zoonose é transmitida para animais e até humanos, através da picada de insetos fêmeas infectadas. Esses vetores são conhecidos popularmente como “mosquito palha, asa-dura, tatuquiras, birigui”, entre outros. No Brasil, as transmissões mais comuns ocorrem com os mosquitos-palha.

SAYONARA MORENO/ABR

ATENÇÃO GESTOR LEI Nº 14.230/2021

PUBLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS

A negativa de publicidade dos atos oficiais constitui ato de **IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

É obrigatório a publicação das matérias legais e atos oficiais que envolvem processos licitatórios em Diários Oficiais e em **JORNAIS DIÁRIOS DE GRANDE CIRCULAÇÃO**

Gazeta do Estado abra legal ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS E VETÓRIOS ESPECIALIZADAS EM PUBLICIDADE LEGAL

SERVIÇO PÚBLICO

Oferta de 10 mil vagas traz expectativa para os concurseiros

Para quem vem estudando há muito tempo para ingressar na carreira pública há muitas oportunidades este ano

DA REDAÇÃO - O governo federal anunciou novas vagas de concurso para recompor o quadro do funcionalismo, defasado nos últimos anos. Casos como o atraso da análise de processos no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), aumento da fila nos serviços de saúde, desassistência a povos indígenas com redução do quadro da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), mostram essa defasagem.

“Só do último governo a defasagem no setor público federal é de 131 mil servidores a menos”, informa o secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Sérgio Ronaldo da Silva. “É preciso fazer uma recomposição emergencial, porque um servidor do Executivo está fazendo as tarefas de três. Essa urgência nos concursos é imediata porque os serviços públicos tiveram uma decadência muito grande nos últimos anos. Ao juntar essa defasagem do governo Bolsonaro com o que já tinha do passado, avaliamos que chega a ser em torno de 200 mil novos servidores para suprir a defasagem do executivo”.

O secretário da Condsef disse que os setores mais críticos são a área ambiental, agrária, indígena (Funai), INSS, saúde e educação. “Os outros também têm, mas não na mesma necessidade

Arquivo Pessoal



Cristiano Gonçalves Rosa se prepara para o concurso de delegado da PF e estuda em todo lugar

desses setores, que precisam recompor essa força de trabalho, tanto dos que faleceram no período da covid-19, quanto os que se aposentaram e muitos estão afastados por conta de uma série de fatores”.

Silva ressalta o impacto da redução dos recursos humanos que promovem esses

serviços e políticas públicas. “Essa redução da força de trabalho é drástica para a população brasileira, que carece dos serviços. O INSS está em uma situação caótica. O governo se comprometeu a acabar com a fila em um ano, mas o INSS precisa em torno de 20 mil novos concursados. Já chegou a ter 42 mil

trabalhadores em atividade e hoje tem 18 [mil]. Precisa repor essa força de trabalho e acabar com a fila de INSS que gira em torno de 1 milhão de pessoas. Ficam prejudicados quem mais necessita dos serviços públicos, que é povo mais carente e das regiões mais inóspitas do nosso país”, lamenta Silva.

Sobre quantas vagas são necessárias para recompor o quadro o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), informou que está analisando as demandas por concursos públicos dos órgãos e entidades da administração pública federal, mas disse que não comenta solicitações em análise.

Para este ano, o MGI já autorizou 9.637 vagas. Quem se interessa pelas vagas do serviço público federal, já pode se preparar ou aumentar o ritmo de estudos. Só no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), serão disponibilizadas 8.141 vagas, e no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, serão 814 vagas de nível superior.

O MGI já autorizou também a realização de concurso público para preenchimento de cargos no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e na Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai).

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, disse, em abril, que até o

fim deste ano devem ser anunciados três blocos de concursos públicos para recomposição de pessoal.

MODALIDADES

O concurso público tem a finalidade de preencher cargos públicos com as pessoas mais preparadas e de maneira justa. Essa modalidade de ingresso no serviço público está prevista na Constituição Federal (Artigo 37) e em outras leis complementares.

Todo concurso público precisa ter, pelo menos, uma prova escrita, que pode ser objetiva ou dissertativa, ou ambas. Apesar de não serem obrigatórias, provas práticas, avaliações de títulos e testes físicos poderão ser realizados.

Já o processo seletivo visa suprir uma necessidade, na maioria das vezes urgente ou temporária, em que o número de concursados do órgão não é suficiente para realizar todo o serviço, como é o caso dos processos seletivos do IBGE, em que selecionam agentes e outras funções para o Censo. O modelo de contratação é temporário.

INTERIOR

Além das vagas do governo federal, os estados e os municípios realizam concursos para comporem seus quadros de funcionários. Nos municípios, a média é de nove vagas para as câmaras de vereadores e de 200 vagas

para as prefeituras.

A organizadora de concursos públicos IADHED, sediada em Uberaba (MG), já organizou este ano concursos e processos seletivos em 11 cidades no estado de Minas Gerais. “Temos cinco já contratados e a previsão para o ano de 2023 é de finalizar com mais de 25 certames executados”, informa o diretor de Projetos e Operações, Marcelo Navarro, do Instituto Assistencial de Desenvolvimento Humano, Educacional e Desportivo (IADHED).

Essa organizadora atende principalmente câmaras municipais e prefeituras de municípios de até 200 mil habitantes, além de fundações, institutos e autarquias municipais nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.

A Lei Federal 8.666/93, que vigora até o fim de 2023, e a nova Lei de Licitação nº 14133/21, que já está em vigor e substituirá a 8666/93, estabelecem as formas de contratação por meio do processo licitatório em modalidades (pregão, tomada de preço, concorrência, entre outras), mas abre a possibilidade para dispensa de licitação, quando a contratação for voltada para instituições privadas de natureza jurídica sem fins lucrativos, com a pacificação do Tribunal de Contas da União, por meio da Súmula 287.

COM INFORMAÇÕES DE LUDMILLA SOUZA/ABR

NOTIFICAÇÃO

Telegram deve indicar representante legal para não sair do ar

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou no último dia 26 que o aplicativo de mensagens Telegram indique um representante no Brasil, em 24 horas a partir da notificação, sob pena de ser retirado do ar, a princípio, por 48 horas, bem como de ser multado em R\$ 500 mil por dia.

A decisão foi tomada no inquérito em que o Telegram é investigado por promover campanha contra o Projeto de Lei das Fake News (PL 2630/2020). A apuração foi aberta em 12 de maio a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) e tem como

Marcelo Camargo/Agência Brasil



alvo dirigentes e representantes da empresa no Brasil. O Google Brasil tam-

bém é investigado. No caso do Telegram, a motivação para a inves-

tigação foi uma mensagem disparada para todas as contas do aplicativo no Brasil, segundo a qual o PL das Fake News, que pretende regulamentar o funcionamento de redes sociais e outros serviços de tecnologia, seria uma “ameaça à democracia” e daria “poderes de censura” ao governo federal.

Após a mensagem, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) acionou a PGR, indicando haver campanha “abusiva” de empresas de tecnologia contra o PL das Fake News.

Com a abertura do inquérito, Moraes determinou que a Polícia Federal

(PF) ouvisse o advogado Alan Campos Elias Thomaz, que atuava como representante do Telegram no Brasil, mas o defensor informou aos agentes que ele e o escritório do qual é sócio não prestam mais serviços à plataforma desde 14 de maio.

Na decisão desta sexta-feira (26), Moraes destacou não ser a primeira vez que o Supremo tem dificuldades para notificar o Telegram de decisões judiciais, para que sejam cumpridas. Em março de 2022, o ministro já havia determinado a indicação de representação no Brasil, sob pena da empresa não

poder operar no país.

À época, o presidente do Telegram, Pavel Durov, enviou e-mail ao Supremo afirmando que cumpriria as determinações da Justiça brasileira. “Na ocasião, o Telegram indicou Alan Campos Elias Thomaz como representante legal no Brasil, informando, ainda, que continuará ‘construindo e reforçando nossa equipe brasileira’”, destacou Moraes.

A decisão para que o Telegram apresente novo representante no país foi enviada para um e-mail fornecido pela empresa para receber notificações do Supremo.

Gazeta

Alameda do Contorno, 1508, Qd. 37, Lt. 05,
Santo Antônio, CEP: 74.853-120, Goiânia-GO

DIRETOR PRESIDENTE
Adão dos Reis Gonçalves
adao@gazetadoestado.com.br

VICE PRESIDENTE
Nana Gonçalves
nana@gazetadoestado.com.br

COMERCIAL
Tel: (62) 3249-8883
comercial@gazetadoestado.com.br

PUBLICAÇÃO LEGAL
Tel: (62) 3249-8883
editais@gazetadoestado.com.br

REDAÇÃO
redacao@gazetadoestado.com.br

DISTRIBUIÇÃO
go@gazetadoestado.com.br
df@gazetadoestado.com.br

DIREÇÃO GRÁFICA
Érika Sandra
kasacoza@gmail.com

DIAGRAMAÇÃO
Gabriela Nunes

DIREÇÃO DE JORNALISMO
Adão Gonçalves
MTB 3719/GO

EDITOR DE REPORTAGEM
Eube Messias
MTB 3720/GO
eube.messias@gazetadoestado.com.br

'TODAS AS CORAS'

Thear Vestuário apresenta Selo Personalizado em homenagem a poetisa Cora Coralina no SPFW

A terceira participação da Thear Vestuário, assinada pelo Empreendedor e Diretor Criativo Theo Alexandre, no SPFW será inspirada na vida da poetisa e doceira Cora Coralina

Fotos: divulgação



YORRANA CRISTINA DURÃO MARTINS MAIA - Após uma imersão na Cidade de Goiás para buscar as raízes e inspirações da ilustre goiana, o estilista recebeu o aval da filha e neto de Cora, Vicência e Rubio, por meio de uma carta escrita à mão. A iniciativa despertou na marca o desejo de amplificar ainda mais essa homenagem a Cora ao propor aos Correios um Selo Personalizado "Todas as Coras".

"A iniciativa surgiu a partir do envio de uma carta escrita à mão por Vicência, a filha de 95 anos da poetisa Cora Coralina, e endereçada a mim. Como falamos de passado e presente na coleção 'Todas as Coras' entendemos que havia um simbolismo importante, um resgate de comportamentos antigamente habituais e atualmente pouco praticados, mas que demonstram carinho, afeto e memórias eternas, como o ato de escrever cartas", explica o estilista.

Ainda segundo Leandro Pires, Consultor e produtor executivo da Thear Vestuário, o projeto de parceria foi apresentado aos Correios em Goiás, visando não somente resgatar a prática de se escrever cartas, mas como forma de immortalizar Cora Coralina na criação do selo personalizado. "Batizado de 'Todas as Coras', remetendo ao nome da coleção da Thear que será apresentada no SPFWN55, traçamos o rosto da poetisa e doceira goiana estampado com assinatura do estilista Theo Alexandre, empreendedor da Thear. Uma grande honra para a história goiana, para a Literatura, para o Turismo regional - já que a Cidade de Goiás é Patrimônio Mundial da Unesco."

O selo 'Todas as Coras' será apresentado durante o desfile da Thear, neste sábado, 27 de maio, às 18h30, no Komplexo Tempo, e a solenidade de lançamento oficial será feita em Goiânia, no final

do mês de junho, durante a Exposição Todas as Coras, no ateliê da designer Eleonora Hsiung - parceira da Thear.

THEAR POR THEO ALEXANDRE

Fundada por Theo Alexandre, designer de moda pela Universidade Federal de Goiás, especialista em gestão de moda pela Universidade Estadual de Goiás e Docente no Curso Superior de Tecnologia em Design de Moda, a Thear Vestuário é uma marca que busca produzir moda de forma mais consciente, resgatando técnicas tradicionais, adormecidas no processo de produção fast fashion, buscando aumentar a relação afetiva entre a peça final e o consumidor. Um dos seus pilares é a reutilização de resíduos dos tecidos que sobram no corte, acompanhado por modelagens que valorizam o atemporal, usando principalmente monofibra 100% algodão, tecido natural e biodegradável.

NÃO É OBRIGATÓRIO

pacto ou acordo pré-nupcial se torna cada vez mais comum no Brasil

Vestido, terno, igreja, salão de beleza, buffet do casamento, decoração, lua de mel e contrato pré-nupcial. Este último item está cada vez mais presente na lista de preparativos dos noivos no Brasil. O dado mais recente sobre o tema é do Colégio Notarial do Brasil, que aponta um aumento de 94% na lavratura de pactos antenupciais no período entre 2010 e 2015.

A doutora em Direito das Famílias e advogada do escritório Celso Cândido de Sousa Advogados, Mariane Stival, explica que o acordo ou pacto pré-nupcial é um contrato formal celebrado entre noivos ou noivas, antes do casamento. Esse contrato contém regras que vão regulamentar, principalmente, as questões patrimoniais e financeiras que envolvem o casal, como por exemplo, a escolha de um regime de bens, doações, cláusulas de incomunicabilidade de bens, comunhão universal de bens, dentre outras questões. "Mas é importante lembrar que esse regime de bens pode ser alterado durante o casamento, por meio de procedimento próprio", afirma a advogada.

Embora seja mais frequentemente usado para questões econômicas e patrimoniais, o pacto pré-nupcial pode também ser utilizado para definir outros aspectos que envolvam o matrimônio como regras de convivência, indenizações em caso de traições e até mesmo planejamento familiar do casal. Mas a advogada ressalta que tais regras a serem definidas no contrato não podem de forma alguma configurar qualquer tipo de crime ou ferir a dignidade humana e a liberdade dos dois.

A orientação de Mariane é que, caso os noivos queiram assinar um pacto pré-nupcial, que procurem a orientação jurídica de algum advogado especializado no Direito de Famí-



lia, para que o documento seja redigido dentro do que determina as leis e normas jurídicas sobre o tema. Além disso, o advogado irá explicar e esclarecer todas as implicações jurídicas da decisão, para que ambas as partes tenham ciência de suas obrigações e direitos e saibam o que está assinando. Depois disso, o acordo é lavrado em um cartório de registro civil.

No Brasil, o pacto pré-nupcial não é obrigatório, mas seu uso vem se popularizando nas últimas décadas. Mariane Stival explica que, além de proporcionar segurança, o acordo pré-nupcial regulamenta o patrimônio do casal. "O acordo pode ser feito em qualquer tipo de relação, seja hetero ou homoafetivo. As regras são as mesmas", afirma a advogada.

CASOS FAMOSOS

Já em outros países, como nos Estados Unidos, os contratos ou acordos pré-nupciais são muito usuais. Tanto que é muito comum no noticiário lá fora reportagens sobre contratos pré-nupciais milionários feito entre estrelas do showbiz, com o objetivo das partes garantirem a integridade de seus respectivos patrimônios e também para deliberar sobre regras durante o casamento.

Em muitos casos, esses contratos prevêem cláusulas, no mínimo excêntricas, como no acordo pré-nupcial firmado entre a cantora e atriz americana Jennifer López e o também ator americano Ben Affleck. No documento assinado pelos dois antes do casamento, a noiva exigia o mínimo de quatro relações sexuais por semana. A alegação de Jennifer para tal exigência seria para evitar que "a paixão terminasse" ou a "tentação de infidelidade".

Outro acordo pré-nupcial que ficou notório mundialmente foi o dos atores Michael Douglas e Catherine Zeta-Jones. Douglas, um notório viciado em sexo, teve que se comprometer no documento a se tratar, e em caso de divórcio, ela receberia US\$ 3 milhões por cada ano de casamento. Numa situação de traição Zeta-Jones teria direito a um bônus de US\$ 5 milhões. Os cantores americanos Beyoncé e Jay Z também firmaram um pacto pré-nupcial que deu o que falar. Pelo documento assinado pelos dois em caso de divórcio, a cantora receberá US\$ 5 milhões por cada filho do casal, que atualmente são três. Numa separação, a cantora receberá US\$ 1 milhão por cada ano que estiverem casados até o máximo de 15 anos.

KARINE RODRIGUES



Eu freio para animais

475 MILHÕES DE ANIMAIS são atropelados por ano nas rodovias brasileiras.

15 ANIMAIS POR SEGUNDO.

A pesquisa foi feita pelo Centro Brasileiro de Estudos em Ecologia de Estradas (CBEE), com base em 14 estudos científicos em todas as regiões do país.

VAMOS MUDAR ESSA REALIDADE



Bora viajar

■ Maria Reis

mariareisjornalista6@gmail.com | 62 9 8124-8466

Série: Descobrindo o mundo
Caiena
PARTE I



Caiena, a capital da Guiana Francesa: um pedacinho da Europa que fica na América do Sul. Ela é a única região da União Europeia na América do Sul e não pode ser chamada de país

Caiena é a capital da Guiana Francesa, na costa nordeste da América do Sul. O centro histórico do século XVII combina influências de França, das Caraíbas e do Brasil. Mais de 8 mil quilômetros separam o Brasil da França, mas poucos quilômetros separam o estado do Amapá da região francesa. É que o nosso país faz fronteira com a Guiana Francesa, departamento ultramarino francês e principal território da União Europeia na América do Sul, na costa atlântica. O idioma oficial é o francês e a moeda usada é o euro. O destino abriga o principal centro espacial europeu. A Guiana Francesa revela-se um verdadeiro santuário ecológico, com rica biodiversidade, recursos naturais intocados e muitas histórias, que ainda são vistas em suas construções antigas. As casas crioulas de cores tropicais ficam junto às ruínas do forte colonial francês, Fort Cépérou, no topo da colina, com vista para o rio Caiena.

CENTRO ESPACIAL EUROPEU – Inaugurado em 1970, o Centro Espacial Europeu



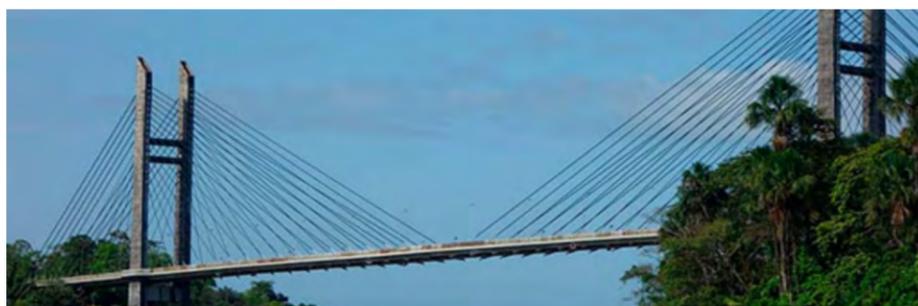
está localizado na Guiana Francesa. O complexo foi criado para garantir que os países europeus tenham acesso independente ao espaço. A grande surpresa é saber que o principal lançador de foguetes europeu, está localizado na América do Sul. O centro já lançou diversos foguetes, como o Ariane, o Diamant, o Véronique, o Soyuz, o Vega e o Ariane 5. Sua história começou quando a França teve que deixar suas bases militares na Argélia, em 1960. Diante disso, a Guiana foi escolhida para abrigar o complexo de lançamentos. Por sua localização privilegiada, próxima à Linha do Equador, pela baixa densidade populacional e cercada de natureza. O centro espacial é considerado um dos mais modernos e inovadores do mundo. É permitido visitas guiadas pelo complexo, onde os visitantes vão conhecer diversos espaços, como o centro de lançamento, as plataformas de decolagem e muito mais.

SPACE MUSEUM – Quer conhecer um pouco sobre as histórias e curiosidades



das missões espaciais? Então visite o Space Museum, localizado no Centro Espacial de Kourou. No local, os turistas podem se divertir nos simuladores, observar réplicas de naves e foguetes, assistir filmes sobre o universo, conhecer o funcionamento de uma estação espacial. A visita é guiada, onde é apresentada toda a estrutura, desde a sala de comando, até o ponto de lançamento dos foguetes.

PONTE BINACIONAL FRANCO-BRASILEIRA – A Ponte Binacional atravessa



o Rio Oiapoque, ligando as cidades de Oiapoque, no Amapá, Brasil, e Saint-Georges-de-l'Oyapock, na Guiana Francesa (França). É uma ponte estaiada com duas torres de 83 metros de altura e um comprimento de 378 metros. Existem duas faixas para veículos com uma largura total de nove metros e uma calçada para pedestres com uma largura de 2,5 metros. No lado francês, há um posto de controle de fronteira com três agências governamentais: a Polícia de Fronteiras, as Alfândegas e a Diretoria de Alimentos, Agricultura e Florestas. O posto de fronteira fica fechado aos domingos e feriados brasileiros. A visita é gratuita.

FORT DIAMANT – O Fort Diamant localiza-se em Caiena, na ilha de mesmo nome,



na comuna de Rémire Montjoly, na Guiana Francesa. É uma atração carregada de histórias. Posicionado de forma estratégica, bem perto do Rio Mahury, o local teve um importante papel durante a invasão das forças portuguesas no país, em 1809. O forte possui estruturas preservadas, que podem ser visitadas pelos turistas em poucos minutos.

ILHA DO DIABO – Ao fazer turismo na Guiana Francesa, inclua no roteiro uma



visita à Ilha do Diabo, local onde funcionou um presídio cercado pelas águas do Oceano Atlântico e repleto de tubarões. Na época do seu funcionamento, o objetivo era dificultar fugas dos prisioneiros, que incluíam até políticos e assassinos que foram condenados à prisão perpétua. Na ilha, ainda é possível ver ruínas do que foi o complexo prisional, um dos mais temidos na década de 1930, que abrigou cerca de 80 mil prisioneiros. Hoje, a ilha tornou-se uma atração com foco no ecoturismo, onde os visitantes fazem trilhas e têm a oportunidade de conhecer um pouco da sua natureza selvagem.

TORRE DREYFUS – A Torre de Dreyfus é uma construção histórica em Kourou,



na Guiana Francesa, que foi usada para comunicar-se com os consoles do diabo (colônia penal) através do código Morse.

FORT CÉPÉROU – Era um forte que protegia a cidade de Cayenne, Guiana



Francesa. É nomeado após Cépérou, um célebre chefe indígena que cedeu a terra. O forte de madeira original foi construído em uma colina com vista para a foz do rio Cayenne em 1643. Hoje resta muito pouco do forte. Está localizado no oeste da cidade, no Monte Cépérou. Das ruínas se tem uma bela vista do centro histórico. De um lado consegue-se ver a cidade e do outro lado o mar. Há ladeiras e escadas para o acesso final.

DESTINO CERTO

COMO CHEGAR EM CAIENA (GUIANA FRANCESA) –

É possível ir a Caiena (Guiana Francesa) pela Air France, com frequência semanal saindo de Belém (PA). É uma nova rota para o destino francês, seguindo para Fort-de-France (Martinica) e, depois, Pointe-à-Pitre (Guadalupe). A operação também oferece aos brasileiros a possibilidade de voar para Paris (Orly) via Caiena. O novo destino partindo do Brasil permite aos turistas viajarem aos países caribenhos franceses sem a necessidade de conexões. Para mais informações, acesse: airfrance.traveldoc.aero. Horários dos voos (horário local): AF602: Parte de Caiena às 15h40, chega em Belém às 17h15, às sextas-feiras. AF603: Parte de Belém às 9h10, chega em Caiena às 10h45, aos sábados.



Artigo

Arcabouço e seus riscos

■ Edwal Portilho

O ARCABOUÇO FISCAL DO GOVERNO LULA VIRÁ NA ESTEIRA DA PRODUÇÃO BRASILEIRA PARA SUBSTITUIR O TETO DE GASTOS, MANTENDO O HISTÓRICO NEGATIVO DE MARCOS LEGAIS NO PAÍS DURAR SEIS OU SETE ANOS APESAR de serem concebidos para durar décadas. Noves fora a insegurança jurídica que essa inconstância causa a investidores, tem-se neste modelo preliminar apresentado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, menos confiança do que o necessário.

Explica-se: o Arcabouço Fiscal, nome ruim e de complexidade desnecessária para algo que precisa ser compreendido por toda sociedade, deveria ser um modelo de gestão das contas do governo que busca levar ao equilíbrio entre o que arrecada e o que gasta. Isso afeta diretamente a vida de todas as pessoas e das empresas e não pode ser empurrado garganta abaixo.

A proposta de novo marco fiscal ainda não foi detalhadamente apresentada, apenas em linhas gerais, mas chegará em breve ao Congresso, com focos de insustentabilidade e excesso de otimismo – que, quando não se concretizarem, terão efeito contrário e vão paralisar ainda mais a economia brasileira.

O projeto do Arcabouço Fiscal muda o foco do debate do gasto para a receita. O governo admite precisar crescer em R\$ 150 bilhões a arrecadação para ter o ajuste

fiscal esperado. Será a coroação do fiscalismo das contas públicas, que dinamitou o desenvolvimento da narrativa dos governos no Brasil.

A proposta limita a despesa de forma mais flexível e a indexa a 70% do crescimento da receita, com sua expansão variando entre um piso (0,6%) e um teto (2,5%). Ou seja, a despesa e, talvez, os privilégios vão crescer continuamente mesmo que não se tenha alta na receita.

Estudos apontam que para sustentar o crescimento contínuo dos gastos públicos vai se exigir que a despesa privada avance a uma taxa 64% superior a da despesa pública todo ano para evitar a desaceleração do PIB. Isso não ocorre no automático. E essa realidade não é a da economia brasileira nas últimas décadas quando se avalia ciclos médios e longos – tanto que sustentamos a alcunha depreciativa de “voo de galinha” quando o assunto é expansão do PIB.

A economia vai trabalhar no limite e comprar um alto risco ao indexar, nos patamares que propôs, despesa com elevação da receita de impostos. Este movimento fiscal engessado, em períodos em que não alcançar a meta, pode impor um perigoso efeito contrário, com uma desaceleração cíclica e com poucas ferramentas para reversão, levando a um processo recessivo grave.

Na outra ponta, especialistas temem uma dose de excesso de otimismo do ministro da Fazenda em fazer uma receita extra de R\$ 150 bilhões – e em todas frentes defendidas, como a

maior tributação das apostas, retirada da isenção dos produtos importados no comércio eletrônico ou da proibição no crédito dos tributos federais dos impostos estaduais incentivados.

E se essas medidas judicializarem, se arrefecer as vendas dos importados e as apostas porque ficarão caras demais? E se não arrecadar o esperado? Penso que vai bater o desespero fiscal (de grau acima do terrorismo fiscal). Caso passe longe da meta, teremos pacotes de impostos atacando famílias e empresas de todos os lados. Guerra sangrenta para elevar os gastos. Entram na mira: Simples, imposto de renda, produtos de alto consumo e futuras CPMFs.

O Arcabouço Fiscal não traz tranquilidade real para investidores produtivos. Também não ajuda a reduzir os juros, pois não foca o desenvolvimento – muito pelo contrário; e, por fim, não afeta em nada a inflação. O Brasil vai depender de uma forte atuação do Congresso, que tem papel de zelar pelo orçamento e o modelo proposto pode estimular conflito distributivo na sociedade e no sistema político. Do jeito que está, o marco fiscal tem potencial para agravar desigualdades regionais, desemprego em boa parte dos Estados, inflação, desindustrialização e ainda manter privilégios no setor público. Aos congressistas, nossa visão.

EDWAL PORTILHO, O TCHEQUINHO, É O PRESIDENTE-EXECUTIVO DA ASSOCIAÇÃO PRÓ DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DE GOIÁS (ADIAL)



Érika Sandra
kasacoza@gmail.com

A Página Bonita mostra com classe, cuidados para sua saúde e beleza



NIVEA lança produtos que contribuem no reequilíbrio da pele acneica

A linha Acne Control traz uma rotina completa para a melhora visível da pele em apenas 7 dias

A NIVEA, marca nº1 em cuidados com a pele do mundo, anuncia o lançamento de uma linha específica para o cuidado da pele acneica. Sua fórmula conta com ingredientes eficazes que atuam em diversas dimensões, a fim de reequilibrar a pele com acne, por exemplo: o ácido salicílico, conhecido por reequilibrar o ciclo de esfoliação da pele, a carnitina, que ajuda na

regularização da produção de sebo, o sal marinho, também conhecido por suas propriedades antibacterianas e o ácido queridinho da geração Z, o hialurônico, que dá um boost na hidratação da pele.

1. Higienização e Esfoliação

Sabonete em gel Facial 150g: Limpa profundamente e controla a oleosidade, efeito mate de 8h de duração, reduz a acne e melhora visivelmente a pele em 7 dias.

Ingredientes: Ácido Salicílico, Ácido Hialurônico, Sal marinho, Carnitina e Extrato de Magnólia (Preço Sugerido- R\$34,90)

Esfoliante diário facial 75ml: Reequilibra a pele e ajuda a desobstruir os poros. Reduz a acne e melhora visivelmente a pele em 7 dias. Ingredientes: Ácido Salicílico, Ácido Hialurônico, Sal marinho, Carnitina e Extrato de Magnólia (Preço Sugerido- R\$35,90)

2. Tonificação:

Tônico facial 200ml: Tonifica, reequilibra a pele e ajuda a controlar a oleosidade. Reduz a acne e melhora visivelmente a pele em 7 dias. Ingredientes: Ácido Salicílico, Ácido Hialurônico, Sal Marinho e Carnitina (Preço Sugerido- R\$39,90)

3. Hidratação

Hidratante diário 50ml: Reequilibra a pele e ajuda a reduzir a irritação causada pela acne. Reduz a acne e melhora visivelmente a pele em 7 dias. Ácido Salicílico, Ácido Hialurônico, Sal Marinho, Carnitina e Alcaçuz (Preço Sugerido- R\$49,90)

NIVEA.com.br | www.facebook.com/niveabrasil | @NIVEABrasil
SAC:08007764832 ou 080077NIVEA



Dermage lança spray corporal de aplicação 360° para peles acneicas

Secatriz Acne Free tem embalagem de aplicação multidimensional e fórmula rica em Niacinamida, Ácido Glicólico e Ácido Salicílico em sua máxima concentração. A Dermage, marca brasileira de dermocosméticos, inova mais uma vez e lança o Secatriz Acne Free, um spray corporal para peles oleosas e acneicas em áreas de difícil acesso como colo, costas e glúteos. A embalagem de aplicação multidimensional permite que o produto seja aplicado da mesma maneira, independente do ângulo em que a pessoa esteja segurando.

Ideal para controle da oleosidade e redução dos poros, Secatriz Acne Free conta com Niacinamida (4%), Ácido Glicólico e Ácido Salicílico (2%), que auxiliam na diminuição da produção de sebo, melhora da textura da pele e renovação celular.

A aplicação em spray garante ação refrescante, secativa e calmante, com secagem rápida e oil free.

O produto é vegano e deve ser utilizado diariamente. A aplicação deve ser feita a uma distância de 5 a 10 cm do local desejado e massageando levemente em movimentos circulares para facilitar a absorção. Não é indicado aplicar diretamente do rosto. Nesse caso, deve borrifar nas mãos e depois levar ao rosto.

Secatriz Acne Free - 128g/150ml R\$129,90

www.dermage.com.br



Tenha seu produto visto..

Anuncie!

editais@gazetadoestado.com.br



Corte ■ Maria Reis

mariareisjornalista6@gmail.com

Divulgação



SESSÃO DE AUTÓGRAFOS - Às 18h30, de terça-feira, dia 30 de maio, a advogada ambiental, Lara Lobo promove sessão de autógrafos de lançamento de seu livro 'Mineração e Sustentabilidade Ambiental', na Nobel Livraria, no Shopping Bougainville. Na obra, a autora goiana apresenta o cenário do Direito Internacional Ambiental, a atuação do setor de mineração e os principais impactos da atividade no meio ambiente

Divulgação



JUNTA DA NUTRIÇÃO - A nutricionista Anna Carolina Cró esteve em São Paulo, por conta de participar do 8º Meeting de Nutrição Clínica e Estética, ocorrido na Fecomércio

Divulgação



PARA AJUDAR A VIDA A DOIS - No dia 30 de maio, das 17h às 21h, a Casas Goianita e a Goianita Casa Design, em parceria com a Opus, My Brooker Office e Infloreser, promovem o workshop 'Organização e Sofisticação na Vida a Dois', com a personal organizer Krisley Souza, para dar dicas para a organização da casa e a especialista em etiqueta e mesa posta, Alexandra Duarte que orientará sobre a arte de receber e como ser uma boa anfitriã

Divulgação



COMENDA - O empresário goiano, Otacílio Ramalho (à esq.) foi homenageado com a comenda Cruz do Mérito do Empreendedor presidente Juscélino Kubitschek, em solenidade seguida de jantar em São Paulo. O diploma foi entregue pelo presidente da Academia Brasileira de Honraria ao Mérito, Regino Barros

Arquivo pessoal



ENGAJADOS - Noite dessas, o casal, Syd Reis e Heloísa Reis, diretores do Núcleo Laboratório, receberam apenas convidados para um jantar do projeto Coral, em Goiânia

Dois tempos

1. Micro e pequenos empresários goianos do segmento de moda têm até o dia 04 de junho para se inscrever como expositores na Amarê Fashion, que traz como tema o 'Futuro e a Sustentabilidade na Moda'. As inscrições podem ser feitas por meio do preenchimento do formulário disponível no site do evento. Realizado pelo Sebrae Goiás junto com o Governo de Goiás e o Sistema Fecomércio Sesc Senac, a Semana de Moda Goiana acontecerá nos dias 29, 30 e 31 de agosto, 01 e 02 de setembro, no Centro Cultural Oscar Niemeyer, em Goiânia. O Sebrae Goiás oferece um subsídio de 50% aos interessados em expor no evento.

2. Ao todo serão 36 estandes disponíveis que permitirão os expositores venderem suas peças em atacado ou varejo durante os cinco dias de evento. Para se inscrever é necessário ser um micro e pequeno empresário local do segmento da moda (vestuário, calçados e acessórios) com produção própria e estar adimplente com o Sebrae Goiás. A 2ª edição do Amarê Fashion - Semana de Moda Goiana terá um programa voltado para causas sociais e sustentabilidade: o AmarÊ, além de desfiles, palestras, rodas de negócios, ações sociais e muito mais. Informações no site oficial da Amarê Fashion, no link <https://vitrine.sebraego.com.br/amare/>

Divulgação



EM EXPOSIÇÃO - A estilista Polly Fernandes, do Grupo Sallo, uma das maiores confecções de moda do Brasil, e a Santana Têxtil, representada por Samia Stival, apresentaram uma jaqueta denim icônica, na Denim City Academy, em São Paulo. O bordado da peça, uma caveira colorida, com mais de 30 mil pontos, demorou mais de três horas para ficar pronto

Vitrine

■ **VOCÊ SABIA?** O kiwi contém nutriente e vitamina C que combatem o envelhecimento precoce.

■ **FESTIVAL ITALIANO** - A 17ª edição do tradicional Festival Italiano de Nova Veneza foi lançado oficialmente na quinta-feira (25), na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), pelo prefeito de Nova Veneza, Valdemar Batista Costa. A programação oficial contou com um avant-première cultural e gastronômico.

■ **SAMBA SOLIDÁRIO** - Hoje, das 12h às 15h,

acontece a 12ª edição do Samba Solidário, promovido pela ONG Terra Livre, no Quintal do Keké, localizado na Rua 226, no Setor Universitário. Além do show dos Heróis de Botequim, com participação especial do cantor Xexéu, durante o evento será servida uma farta feijoada gourmet e vegetariana.

■ **SEIS ANOS DO CLUBE DE COSTURA** - No dia 25 de maio, o Grupo de Fiandeiras da Associação de Idosos do Brasil, primeira Associação de Goiânia e do Estado de Goiás, se apresentou em comemoração ao 6º

aniversário do Clube de Costura, projeto institucional do Grupo Mega Moda, data em que também se comemora o Dia das Costureiras.

■ **IMPOSTO DE RENDA** - O prazo para a entrega da declaração do Imposto de Renda 2023 vai até 31 de maio. A Receita Federal espera receber entre 38,5 e 39,50 milhões de declarações dentro da data estipulada. Aqueles que tiveram renda tributável (salário, bônus na empresa etc) maior que R\$28.559,70, em 2022 devem declarar o imposto em 2023.

Divulgação



SHOW NO ANIVERSÁRIO DO COUNTRY - Como atração na sua comemoração de 63 anos, o Country Clube de Goiás, traz o cantor Roberto Carlos para um show, no dia 23 de junho. A apresentação é um presente e tanto para os sócios em uma noite de grandes emoções